

Conclusões da Conferência de Ministras e Ministros do Trabalho da Ibero-América: “O futuro do trabalho que queremos”

Reunidos na Casa da América em Madrid, a 4 de março de 2019, no primeiro ato realizado sob os auspícios da Secretaria Pro-Tempore de Andorra que culminará na XXVII Cúpula Ibero-Americana, **as Ministras e Ministros do Trabalho da Ibero-América debateram o futuro do trabalho**, tendo em conta as profundas mudanças que se verificam em matéria tecnológica, demográfica e ambiental.

A principal conclusão a retirar da Conferência é que **o futuro do trabalho não está escrito, mas depende das políticas que forem adotadas em resposta às mudanças em curso capazes de prevenir o aprofundamento dos déficits de emprego e das desigualdades, tanto de rendimentos quanto de género.**

Esta conclusão apoia-se nas seguintes considerações:

1. O mundo do trabalho debate-se com uma das **mutações mais profundas desde o início da revolução industrial**. Uma transformação que surge na sequência do progresso tecnológico, da globalização e das transições demográficas e ambientais. A própria natureza do trabalho humano e a sua relação estruturadora de coesão social estão em causa.
2. Esta transformação oferece grandes **oportunidades para a criação de emprego** e de empresas sustentáveis, mas também potencia novas formas de emprego e **coloca desafios** que se acrescentam à atual falta de empregos formais, a pobreza laboral, e à polarização.
3. Para aproveitar estas oportunidades e enfrentar os desafios, é necessário **investir em políticas inovadoras, centradas no trabalho digno**, criação de empresas sustentáveis, proteção e segurança social e diálogo com organizações sindicais e empresariais.
4. **A correta conceção destas políticas** depende da sua adaptação às mutações em curso, mantendo os princípios básicos **de proteção dos direitos fundamentais no trabalho e a justiça social**. De entre as adaptações necessárias, destacam-se as seguintes:
 - a. o aproveitamento da economia digital e da economia verde para fomentar a inovação empresarial e criar empregos de qualidade;
 - b. o alargamento da proteção laboral e da proteção social à economia informal e a novas formas de emprego. A criação de uma garantia laboral universal, tal como propõe a Comissão mundial da OIT para o futuro do trabalho, pode vir a ser uma proposta interessante para que todos os países possam responder de forma comum aos desafios do nosso tempo na perspetiva do direito do trabalho;
 - c. uma luta reforçada para assegurar a rastreabilidade do trabalho nos ambientes digital e informal, e conter a “infra-contribuição” que mina o financiamento da proteção social; e
 - d. o investimento em capital humano ao longo da vida profissional, mobilizando os recursos tecnológicos, algoritmos e big-data.

5. Além disso, **o emprego digno e os jovens** são peças fundamentais para o Futuro do Trabalho, pelo que convidamos todos os participantes a subscreverem e participarem na Iniciativa Global sobre Emprego Digno para os Jovens, como instrumento impulsionador e canalizador de soluções a nível nacional, regional e global.
6. Finalmente, torna-se necessária uma **nova agenda verdadeiramente transformadora na luta contra a disparidade de género**, onde a corresponsabilidade e a prestação de cuidados façam parte integrante das políticas públicas, para além das políticas tradicionalmente conhecidas.

As Ministras e Ministros concordaram no **papel crucial das organizações empresariais e sindicais, bem quanto ao tripartismo**, na resposta às transformações que o mundo do trabalho enfrenta.

Reiteraram ainda o seu compromisso para com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030**. Neste sentido, os Ministros agradeceram o relatório da Comissão global da OIT sobre o futuro do trabalho e as suas recomendações.

Destacaram a **centralidade da OIT** entre as instituições multilaterais, para que adote medidas inovadoras e aumente o alcance das suas atividades por forma a incluir os novos trabalhadores digitais, os trabalhadores das cadeias mundiais de fornecimento, e os que, como os trabalhadores informais, têm permanecido historicamente excluídos da justiça social e do trabalho digno. As comemorações do seu centenário constituirão uma oportunidade para continuar a debater o futuro do trabalho num contexto de cooperação e multilateralismo.

- Madrid, 4 de março de 2019 -